

Sobre os municípios

As informações apresentadas a seguir, incluindo-se textos e mapas, foram todas extraídas da base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Respeitou-se ao máximo possível o texto original, tendo sido feitas apenas modificações para a sua normalização (pontuação, letras maiúsculas, concordância verbo-nominal).

Sumário

Barreirinha.....	2
Borba	5
Humaitá	8
Itacoatiara	11
Lábrea	14
Manaus.....	17
Manicoré	21
Maués	24
Novo Aripuanã.....	28
Parintins.....	31
Silves.....	34
Referências	37

Barreirinha

Bioma: Amazônia

Dados básicos (2010)

Área da unidade territorial - 2015	5.750,56	km²
Estabelecimentos de Saúde SUS	6	estabelecimentos
Matrícula - Ensino fundamental - 2015	8.426	matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2015	1.987	matrículas
Número de unidades locais	103	unidades
Pessoal ocupado total	1.167	peessoas
PIB per capita a preços correntes - 2014	6.911,97	reais
População residente	27.355	peessoas
População residente - Homens	14.312	peessoas
População residente - Mulheres	13.043	peessoas
População residente alfabetizada	19.258	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	12.141	peessoas
População residente, religião católica apostólica romana	23.317	peessoas
População residente, religião espírita	8	peessoas
População residente, religião evangélicas	3.743	peessoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	561,32	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	1.173,48	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	60	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	157,14	reais
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,574	

Gentílico: barreirinhense

Histórico

A cidade de Barreirinha surgiu em meados de 1830, oriunda de um povoado, núcleo por sua vez da Missão do Andirá, criada em 1848 pelo capuchinho Pedro de Cariana.

Até então, era jurisdicionada pela Província do Pará, que exercia também jurisdição sobre a comarca do Alto Amazonas.

Em 1851, chega ao local o jesuíta Manuel Justino de Seixas, que constrói uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Bom Socorro.

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Nossa Senhora do Bom Socorro de Andirá, pela Resolução n. 14, de 17-11-1853.

Pela Lei n. 263, de 13-05-1873, transferiu-se o distrito de Nossa Senhora do Bom Socorro de Andirá para o lugar Vila Nova de Barreirinha.

Elevado à categoria de vila com a denominação de Barreirinha, pela Lei n. 539, de 09-06-1881, desmembrado de Parintins. Sede no atual distrito de Barreirinha (ex-Vila Nova de Barreirinhas). Instalada em 07-09-1883.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila é constituída do distrito sede.

Assim permanecendo nos quadros de apuração do recenseamento geral de 01-09-1920.

Pelo Ato n. 45, de 28-11-1930, confirmado pelo Ato n. 33, de 14-09-1931, o município foi reduzido a Delegacia Municipal e, nessa qualidade, anexado ao município de Parintins, como simples distrito.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Barreirinhas figura no município de Parintins.

Com a reconstitucionalização do Estado, em 1935, Barreirinha voltou à categoria de vila autônoma.

Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, a vila é constituída do distrito sede.

Elevado à categoria de cidade com a denominação de Barreirinha, pela Lei Estadual n. 68, de 31-03-1938.

Pelo Decreto-lei Estadual n. 176, de 01-12-1938, foram criados os distritos de Ariaú, Freguesia do Andirá e Pedras e anexados ao município de Barreirinha

No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 4 distritos: Barreirinha, Ariaú, Freguesia do Andirá e Pedras.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955.

Pela Lei Municipal n. 42, de 24-11-1956, é criado o distrito de Ponta Alegre (ex-povoado), com território desmembrado do distrito de Ariaú e anexado ao município de Barreirinha.

Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 5 distritos: Barreirinha, Ariaú, Freguesia do Andirá, Pedras e Ponta Alegre.

O distrito de Ponta Alegre deixou de figurar no município de Barreirinha por não ter sido ratificado pela Assembleia Legislativa do Estado, sendo seu território anexado ao município de Barreirinha.

Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 4 distritos: Barreirinha, Ariaú, Freguesia do Andirá e Pedras.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-01-1979.

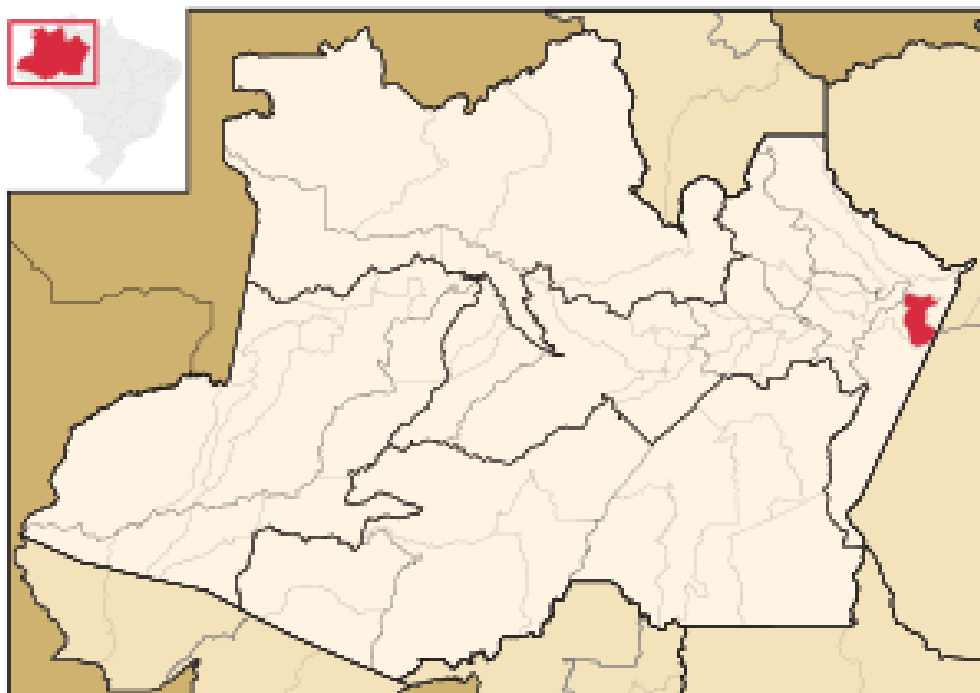
Pela Emenda Constitucional n. 12, de 10-12-1981, e delimitado pelo Decreto Estadual n. 6.158, de 25-02-1982, é criado o distrito de Cametá e anexado ao município de Barreirinha.

Em divisão territorial datada de 1988, o município é constituído de 5 distritos: Barreirinha, Ariaú, Cametá, Freguesia do Andirá e Pedras.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

Fonte: Barreirinha (AM). Prefeitura.

Mapa 1 – Mapa de localização da sede do Município de Barreirinha-AM



Fonte: Wikipedia – a enciclopédia livre.

Borba

Bioma: Amazônia

Dados básicos (2010)

Área da unidade territorial - 2015	44.236,25	km ²
Estabelecimentos de Saúde SUS	7	estabelecimentos
Matrícula - Ensino fundamental - 2015	7.801	matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2015	1.931	matrículas
Número de unidades locais	93	unidades
Pessoal ocupado total	1.556	peessoas
PIB per capita a preços correntes - 2014	6.473,69	reais
População residente	34.961	peessoas
População residente - Homens	18.237	peessoas
População residente - Mulheres	16.724	peessoas
População residente alfabetizada	23.839	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	13.909	peessoas
População residente, religião católica apostólica romana	24.589	peessoas
População residente, religião espírita	6	peessoas
População residente, religião evangélicas	8.298	peessoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	848,43	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	1.730,15	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	85,86	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	226,25	reais
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,56	

Gentílico: borbense

Histórico

Borba foi a primeira vila criada em território amazonense, tendo se originado da Aldeia do Trocano, e foi fundada em 1728, ou pouco mais tarde, pelo Frei João Sampaio, da Companhia de Jesus, um dos mais célebres catequistas do Rio Madeira.

Em 03-03-1755 foi criada, por Carta Régia, a Vila de Borba. Instalada em 01-01-1756.

Habitavam primitivamente a região os perigosos índios Muras. O povoamento da capitania constituía, então, um sério problema. Para realizá-lo, o governador Melo de Povoas concedia aos brancos que se casassem com as índias alguns favores, como o fornecimento gratuito de instrumentos agrícolas. Em Borba, então, foi onde se realizaram primeiramente esses casamentos.

Em 1785, Borba já cultivava, e até exportava para Belém, café e tabaco.

Em 1833, Borba não pôde fugir à agitação que reinava por toda a província. Em meados daquele ano, os Muras, insuflados por um grupo de nativistas, invadiram a vila à procura dos portugueses ali residentes. A população, sobressaltada, de início fugiu ao combate, refugiando-se nos arredores da vila. Reagiu, depois, punindo os rebeldes e normalizando a situação.

Ainda no ano de 1833, Borba perde a categoria de Vila, passando a Freguesia, com a denominação de Araretama.

Em 1835-39, durante a revolta dos Cabanos, no Amazonas, Borba foi uma das raras localidades que resistiram aos rebeldes, não caindo em poder dos mesmos, apesar de haver sofrido violentas investidas.

Em 04-09-1856, pela Lei Provincial n. 71, a subordinação da Freguesia de Borba é transferida do Termo Judiciário de Maués para o de Manaus.

Em 10-12-1857, pela Lei Provincial n. 73, Borba volta à condição de vila e, conseqüentemente, sede do município.

Em 06-11-1858, pela Lei Provincial n. 92, Borba perde novamente a categoria de Vila.

Em 04-07-1877, pela Lei Provincial n. 362, é restabelecida a Vila e volta a ser sede do município.

Em 28-04-1886, pela Lei Provincial n. 715, mais uma vez é extinto o município.

Em 26-09-1888, pela Lei Provincial n. 781, fica definitivamente criado o município de Borba, com território desmembrado de Manaus.

Em 10-09-1891, pela Lei Estadual n. 14, é criado o Termo Judiciário da Comarca de Borba.

Em 13-08-1894, pela Lei n. 65, é elevado a Comarca de Borba.

Em 1911, na divisão administrativa, o município se compõe de seis distritos, que são: Borba, Araras, Alto Aripuanã, Canumã, Abacaxis e Rosarinha.

Em 30-10-1913, pela Lei n. 741, a Comarca de Borba é extinta, sendo o Termo Judiciário de Borba subordinado a Manaus.

Em 14-02-1916, pela Lei Estadual n. 844, a Comarca de Borba é restaurada.

Em 1921, novamente é extinta a Comarca de Borba, sendo seu Termo Judiciário subordinado a Manicoré.

Em 02-10-1928, pela Lei Estadual n. 1.397, é definitivamente restaurada a Comarca de Borba, que se reinstala em 04-01-1929.

Em 31-03-1928, pelo Decreto-Lei Estadual n. 68, a sede do município é elevada à categoria de cidade.

Em 1933, na divisão administrativa o município constituiu-se de apenas um distrito.

Em 01-12-1938, por Decreto-Lei Estadual n. 176, foram criados os distritos de Axinim, Canumã, Foz do Aripuanã e Sumaúma; e perde parte de seu território para o município de Maués.

Fonte: IBGE

Mapa 2 – Mapa de localização da sede do Município de Borba-AM



Fonte: Wikipedia – a enciclopédia livre.

Humaitá

Bioma: Amazônia

Dados básicos (2010)

Área da unidade territorial - 2015	33.129,13	km ²
Estabelecimentos de Saúde SUS	10	estabelecimentos
Matrícula - Ensino fundamental - 2015	9.888	matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2015	2.427	matrículas
Número de unidades locais	379	unidades
Pessoal ocupado total	2.797	peessoas
PIB per capita a preços correntes - 2014	8.189,62	reais
População residente	44.227	peessoas
População residente - Homens	23.204	peessoas
População residente - Mulheres	21.023	peessoas
População residente alfabetizada	31.747	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	16.575	peessoas
População residente, religião católica apostólica romana	34.183	peessoas
População residente, religião espírita	203	peessoas
População residente, religião evangélicas	6.874	peessoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	765,12	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	2.254,06	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	72,86	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	287,14	reais
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,605	

Gentílico: humaitaense

Histórico

Os primeiros habitantes do lugar foram os índios que viviam em economia de subsistência. As principais etnias viviam às margens do Rio Maici (Torá), do Rio Marmelo (Tenharim) e do Rio Madeira (Parintintin, Pama, Arara e Mura).

O comerciante José Francisco Monteiro foi um dos primeiros colonizadores, que, em busca de riquezas, se interessou em ficar definitivamente na região. Ele chegou em 15 de maio de 1869 e instalou-se num lugar chamado Pasto Grande onde era a Sede da Freguesia de São Francisco, no Rio Preto, próximo à atual cidade.

Devido a ataques constantes dos índios, em 1888 a sede da Freguesia foi transferida para o lugar onde hoje está a cidade de Humaitá, com o nome Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Belém de Humaitá.

O topônimo Humaitá é de origem indígena e seu significado é: Hu = negro, ma = agora e itá = pedra, “a pedra agora é negra”.

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de São Francisco do Rio Madeira, pela Lei n. 686, de 02-06-1885, subordinado ao município de Manicoré.

Pela Lei n. 790, de 13-11-1888, transfere-se o distrito para o lugar Humaitá, conservando esta denominação.

Elevado à categoria de vila com a denominação de Humaitá, pelo Decreto n. 31, de 04-02-1890, desmembrada do município de Manicoré. Mantido como município pela Lei n. 33, de 04-11-1892.

De acordo com o Decreto n. 95-A, de 10 de abril de 1891, assinado pelo Governador Eduardo Ribeiro, foi criada a Comarca de Humaitá. Em outubro de 1894, Humaitá é elevada à categoria de cidade.

Elevado à condição de cidade com a denominação de Humaitá, pela Lei Estadual n. 90, de 04-10-1894.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 5 distritos: Humaitá, Cavalcante, Lago Cunitiá, Santo Antônio e Três Casas.

Nos quadros de apuração do recenseamento geral de 01-09-1920, o município aparece constituído de 5 distritos: Humaitá, Foz do Rio Javari, Mirari, Missão de São Francisco e Três Casas.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece constituído do distrito sede.

Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937.

Pela Lei Estadual n. 176, de 01-12-1938, é criado o distrito de Calama e anexado ao município de Humaitá.

No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 2 distritos: Humaitá e Calama.

Pelo Decreto-lei Federal n. 6.550, de 31-05-1944, transfere-se o distrito do município de Humaitá para Porto Velho, do Território Federal do Guaporé.

Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído do distrito sede.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

Fonte: Humaitá (AM). Prefeitura. 2012. Disponível em: <http://www.pmhumaita.com.br>. Acesso em: jan. 2012.

Mapa 3 – Mapa de localização da sede do Município de Humaitá-AM



Fonte: Wikipedia – a enciclopédia livre.

Itacoatiara

Bioma: Amazônia

Dados básicos (2010)

Área da unidade territorial - 2015	8.892,04	km ²
Estabelecimentos de Saúde SUS	11	estabelecimentos
Matrícula - Ensino fundamental - 2015	20.654	matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2015	4.899	matrículas
Número de unidades locais	984	unidades
Pessoal ocupado total	9.764	peessoas
PIB per capita a preços correntes - 2014	15.757,92	reais
População residente	86.839	peessoas
População residente - Homens	44.426	peessoas
População residente - Mulheres	42.413	peessoas
População residente alfabetizada	66.257	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	34.634	peessoas
População residente, religião católica apostólica romana	54.239	peessoas
População residente, religião espírita	327	peessoas
População residente, religião evangélicas	26.675	peessoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	1.272,39	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	1.900,48	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	170	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	303,75	reais
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,644	

Gentílico: itacoatiarense

Histórico

Na foz do rio Maturá, afluente do rio Madeira, Ferreira João Sampaio fundou, nos meados do século XVIII, o primeiro núcleo de povoamento organizado em território do atual município de Itacoatiara.

Os índios Muras, todavia, não permitiram o desenvolvimento da aldeia recém-fundada, atacando-a várias vezes e forçando a retirada de seus habitantes para o rio Canumã, onde estes se instalaram. Porém, mesmo ali, esses índios vão ao seu encalço, obrigando-os a nova retirada, dessa vez para o rio Abacaxis.

O topônimo Itacoatiara, na língua Tupi-Guarani, significa pedra pintada. Foi dada essa denominação ao local, em consequência da existência de inscrições gravadas em algumas pedras no rio defronte à atual cidade.

Formação Administrativa

Elevada à categoria de vila e distrito com a denominação de Serpa, em 1759.

Em 1833 é suprimido o nome de Vila, passando Serpa a freguesia ou colégio eleitoral, dependendo do termo da Vila de Manaus e sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário de Serpa.

O Município de Itacoatiara foi criado pela Lei n. 74, de 10 de dezembro de 1857. Mas no ano de 1858, outra vez é erigida em vila, com o nome de Nossa Senhora do Rosário de Serpa.

Em 27-11-1871, pelo Decreto Imperial n. 5.146, é criado o termo judiciário de Serpa.

Em 10-02-1872, através do Decreto Imperial n. 5.210, o termo judiciário de Serpa é reunido ao de Silves.

Elevada à condição de cidade com a denominação de Itacoatiara, pela Lei Provincial n. 283, de 25-04-1874.

Em 25-04-1876, é criada a comarca que se instala em 11-09-1896.

Em 28-11-1830, pelo Ato Estadual n. 45, o município de Urucará é anexado ao de Itacoatiara.

Pela Lei n. 33, de 04-11-1892, é confirmada a criação do município de Itacoatiara (ex-Serpa).

Pela Lei Municipal n. 50, de 19-10-1902, é confirmada a Lei de criação do distrito de Itacoatiara. A Lei acima citada criou os distritos de Amajari, Apipica, Costa do Ariri, Luauassu, Ilha do Soriano, Iranduba, Paraná de Serpa, Quirimiri, São Pantaleão, Tabocal, Paraná de Serpa e anexou-os ao município de Itacoatiara.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 12 distritos: Itacoatiara, Amajari, Apipica, Costa do Ariri, Luauassu, Ilha do Soriano, Iranduba, Paraná de Serpa, Quirimiri, São Pantaleão, Tabocal, Paraná de Serpa.

Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral 01-09-1920, o município é constituído de 9 distritos: Itacoatiara, Amajari, Apipica, Caapiranga, Castelo, Cururuzinho, Luauassu, Lago do Soares e Piratininga.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído do distrito sede.

Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937.

Pela Lei Estadual n. 176, de 01-12-1938, foram criados os distritos de Amajari, Ambrósio Aires e Muritinga e anexados ao município de Itacoatiara.

No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 4 distritos: Itacoatiara, Amajari, Ambrósio Aires e Muritinga.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955.

Pela Lei Estadual n. 96, de 19-12-1955, desmembram-se do município de Itacoatiara os distritos de Ambrósio Aires e Murutinga, para constituir o novo município de Autazes; e parte do distrito sede do município de Itacoatiara, para formar o novo município de Nova Olinda do Norte.

Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 2 distritos: Itacoatiara e Amajari.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

Fonte: Biblioteca Virtual do Amazonas. 2012. Disponível em: www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/municipios. Acesso em: abr. 2012.

Mapa 4 – Mapa de localização da sede do Município de Itacoatiara-AM



Fonte: Wikipedia – a enciclopédia livre.

Lábrea

Bioma: Amazônia

Dados básicos (2010)

Área da unidade territorial - 2015	8.892,04	km ²
Estabelecimentos de Saúde SUS	11	estabelecimentos
Matrícula - Ensino fundamental - 2015	20.654	matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2015	4.899	matrículas
Número de unidades locais	984	unidades
Pessoal ocupado total	9.764	peessoas
PIB per capita a preços correntes - 2014	15.757,92	reais
População residente	86.839	peessoas
População residente - Homens	44.426	peessoas
População residente - Mulheres	42.413	peessoas
População residente alfabetizada	66.257	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	34.634	peessoas
População residente, religião católica apostólica romana	54.239	peessoas
População residente, religião espírita	327	peessoas
População residente, religião evangélicas	26.675	peessoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	1.272,39	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	1.900,48	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	170	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	303,75	reais
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,644	

Gentílico: labrense

Histórico

O Dicionário Geográfico do Brasil, de Moreira Pinto, consigna em 1852 o conhecimento do rio Purus por alguns coletores de drogas.

Em meados do século XIX, ocorre a visita de João Cunha Correa, vulgo João Cametá, à região do rio Purus.

Em 1852, parte de Manaus a expedição de Tenreiro Aranha, com o objetivo de encontrar ligação, através das Campinas, entre os rios Purus e Madeira.

Em 1854, Frei Pedro Coriana fundou no rio Purus uma missão de índios, sob o nome de São Luís Gonzaga, com índios Muras, Cauinicis, Mamurus, Jamadis, Purupurus.

Em 1861, também com o objetivo de encontrar comunicação entre os rios Purus e Madeira, é organizada outra expedição, chefiada por Manuel Urbano da Encarnação.

Em 1869, chega à região a primeira leva de cearenses, chefiada por João Gabriel de Carvalho e Melo.

Em dezembro de 1871, chega a maior leva de maranhenses, sob o comando do Coronel Antônio Rodrigues Pereira Labre, instalando-se às margens do rio Purus, na terra firme de Amaciari, que passa a denominar-se Lábrea.

Formação Administrativa

Em 1874 é criado o distrito de Paz de Lábrea.

Em 1881, a freguesia é elevada à categoria de vila. Em 22-05-1883, é criada a comarca do rio Purus, com sede em Lábrea.

Em 1890, pelo Decreto Estadual n. 67, é desmembrado de Lábrea o território que formou o município de Boca do Acre.

Em 1896, Lábrea sofre outro desmembramento territorial, desta vez para construir o município de Canutama.

Em 1894, Lábrea é elevada à categoria de cidade.

Distrito criado com a denominação de Nossa Senhora de Nazaré do Ituxi, pela Lei Provincial n. 265, de 15-05-1873.

Elevada à categoria de vila com a denominação de Lábrea, pela Lei Provincial n. 523, de 14-05-1881, desmembrada do município de Manaus. Sede na atual vila de Lábrea. Instalada em 07-03-1886.

Elevada à condição de cidade com a denominação de Lábrea, pela Lei Estadual n. 97, de 11-10-1894.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído do distrito sede.

Nos quadros de apuração do recenseamento geral de 01-09-1920, o município é constituído de 9 distritos: Lábrea, Providência, Cachoeira, Guícia, Caçadua, Vera Cruz, Boca do Inauini, Xingu e Fortaleza.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído do distrito sede.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955.

Pela Lei Estadual n. 96, de 10-12-1955, o município perdeu parte do seu território para a criação dos municípios de Ituxi e Pauini.

Pela Lei Estadual n. 117, de 29-12-1956, o município de Ituxi foi extinto, sendo sua área anexada ao distrito sede do município de Lábrea.

Pela Lei Estadual n. 26, de 28-11-1957, é criado o distrito de Fortaleza do Ituxi e anexado ao município de Lábrea.

Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 2 distritos: Lábrea e Fortaleza do Ituxi.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 31-12-1968.

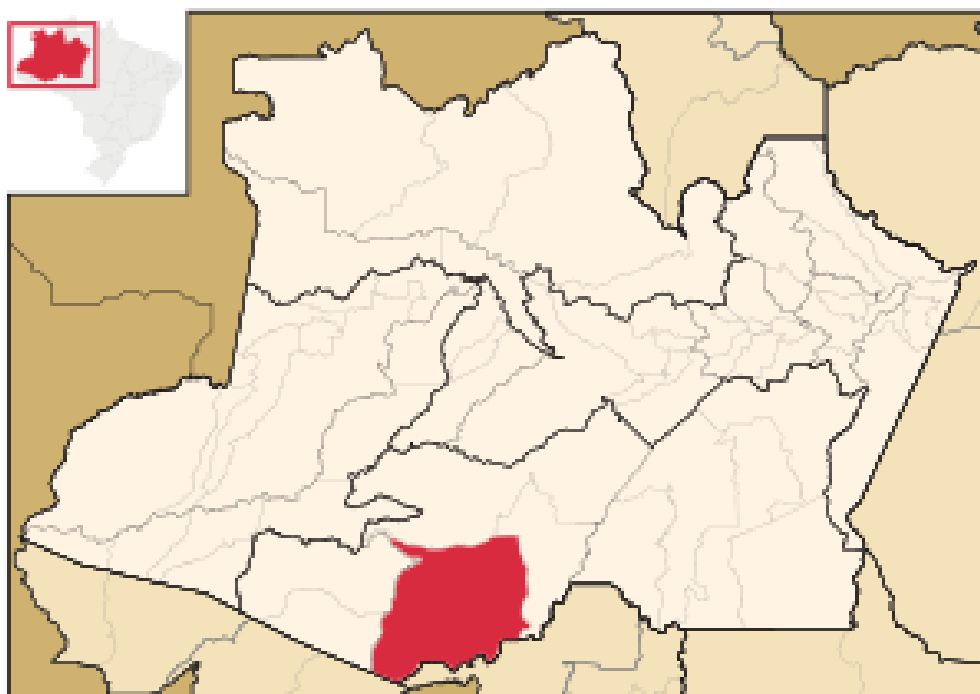
Pela Lei Estadual n. 1.012, de 31-12-1970, é extinto o distrito de Fortaleza do Ituxi, sendo seu território anexado ao distrito sede do município de Lábrea.

Em divisão territorial datada de 01-01-1979, o município é constituído do distrito sede.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

Fonte: Biblioteca Virtual do Amazonas. 2012. Disponível em: www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/municipios. Acesso em: abr. 2012.

Mapa 5 – Mapa de localização da sede do Município de Lábrea-AM



Fonte: Wikipedia – a enciclopédia livre.

Manaus

Bioma: Amazônia

Dados básicos (2010)

Área da unidade territorial - 2015	11.401,09	km ²
Estabelecimentos de Saúde SUS	363	estabelecimentos
Matrícula - Ensino fundamental - 2015	334.288	matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2015	101.259	matrículas
Número de unidades locais	24.782	unidades
Pessoal ocupado total	573.341	peessoas
PIB per capita a preços correntes - 2014	33.446,76	reais
População residente	1.802.014	peessoas
População residente - Homens	879.742	peessoas
População residente - Mulheres	922.272	peessoas
População residente alfabetizada	1.527.978	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	666.515	peessoas
População residente, religião católica apostólica romana	967.270	peessoas
População residente, religião espírita	13.274	peessoas
População residente, religião evangélicas	640.785	peessoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	971,4	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	3.118,67	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	170	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	418	reais
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,737	

Gentílico: manauara

Histórico

Manaus foi criada no século XVII para demonstrar a presença lusitana e fixar domínio português na região amazônica, que na época já era considerada posição estratégica em território brasileiro. O núcleo urbano, localizado à margem esquerda do Rio Negro, teve início com a construção do Forte da Barra de

São José, idealizado pelo capitão de artilharia Francisco da Mota Falcão, em 1669, data que foi convencionada a usar como o nascimento da cidade.

A Amazônia, de posse espanhola pelo Tratado de Tordesilhas, em 1494, manteve-se inexplorada até o século XVI, quando se tornou alvo de interesse de holandeses, franceses, ingleses, irlandeses e, principalmente, de portugueses, que saíram em 25 de dezembro de 1615 de São Luís do Maranhão e chegaram ao Pará, onde, em 1616, instalaram na baía do Guajará o Forte do Presépio, nome que fazia referência ao dia da saída do Maranhão.

Desta forma, ocuparam a hoje cidade de Belém e a denominaram de Santa Maria de Belém, cuja função era controlar toda a região da bacia amazônica e ocupar as terras de propriedade espanhola. O Estado do Grão-Pará e Maranhão, criado em 31 de junho de 1751 pelo Marquês de Pombal, com sede em Belém, tinha o objetivo de demarcar as fronteiras portuguesas, efetivando o acordo feito com a coroa espanhola em 1750, o Tratado de Madri, que, diferentemente do Tratado de Tordesilhas, que dividia o hoje território brasileiro, fundamentava-se no princípio jurídico de *uti possidetis*, segundo o qual cada parte há de ficar com o que atualmente possui.

Ao redor do Forte de São José do Rio Negro se desenvolveu o povoado do Lugar da Barra, que por conta da sua posição geográfica passou a ser sede da Comarca do São José do Rio Negro. Em 1755, por meio de Carta Régia, a antiga missão de Mariuá foi escolhida como capital, passando a se chamar vila de Barcelos. Anos mais tarde a sede foi transferida para o Lugar da Barra, que, em 1832, tornou-se Vila da Barra e, em 24 de outubro de 1848, Cidade da Barra de São José do Rio Negro. No entanto, com a elevação da Comarca à categoria de Província, em 1850, a Cidade da Barra passou a se chamar, em 04 de setembro de 1856, Cidade de Manaus, tornando-se independente do Estado do Grão-Pará. O nome lembra a tribo indígena dos Manáos, que habitavam a região onde hoje é Manaus antes de serem extintos por conta da civilização portuguesa, e seu significado é “mãe dos deuses”.

A partir de 1870, Manaus viveu o surto da economia gomífera, encerrando-se em 1913, em virtude da perda do mercado mundial para a borracha asiática, fazendo com que a cidade retornasse a um novo período de isolamento até o advento da Zona Franca de Manaus, em 1970.

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Barra do Rio Negro, em 1695.

Elevado à categoria de vila com a denominação de Barra do Rio Negro, em 1790, quando foi elevada à categoria de sede da antiga Capitania do Rio Negro.

Só em 1791, era sede da Capitania transferida de Barcelos para o Lugar da Barra, voltando a Barcelos em 1799.

Em 1894, Barra foi restaurada, mas a sede só voltou para ali no dia 29-03-1808.

Elevada à condição de cidade com a denominação de Barra do Rio Negro, pela Lei Provincial do Pará n. 145, de 24-10-1848.

A Lei Provincial n. 582, de 05-09-1850, criou a província do Amazonas, cuja instalação ocorreu em 01-01-1852.

Em virtude da Lei Provincial n. 68, de 04-09-1856, o município de Barra do Rio Negro passou a denominar-se Manaus.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é capital do Estado do Amazonas e se compõe de 3 distritos: Manaus, Remédios e Tauapessassu.

Assim permanecendo nos quadros de apuração do recenseamento geral de 01-09-1920.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece constituído do distrito sede.

Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937.

Pelo Decreto-lei Estadual n. 176, de 01-12-1938, foram criados os distritos de Airão e Careiro e anexados ao município de Manaus.

No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído pelo distrito sede.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955.

Pela Lei Estadual n. 99, de 19-12-1955, são desmembrados do município de Manaus os distritos de Airão e Careiro, sendo elevados à categoria de município.

Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído do distrito sede.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

Fonte: Manaus (AM). Prefeitura. 2014. Disponível em: <http://www.manaus.am.gov.br>. Acesso em: jan. 2014.

Mapa 6 – Mapa de localização da sede do Município de Manaus-AM



Fonte: Wikipedia – a enciclopédia livre.

Manicoré

Bioma: Amazônia e Mata Atlântica

Dados básicos (2010)

Área da unidade territorial - 2015	48.299,25	km ²
Estabelecimentos de Saúde SUS	13	estabelecimentos
Matrícula - Ensino fundamental - 2015	10.297	matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2015	2.537	matrículas
Número de unidades locais	520	unidades
Pessoal ocupado total	1.891	peessoas
PIB per capita a preços correntes - 2014	8.692,99	reais
População residente	47.017	peessoas
População residente - Homens	24.684	peessoas
População residente - Mulheres	22.333	peessoas
População residente alfabetizada	33.504	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	18.801	peessoas
População residente, religião católica apostólica romana	36.607	peessoas
População residente, religião espírita	-	peessoas
População residente, religião evangélicas	8.209	peessoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	1.304,23	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	1.872,31	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	134,44	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	252,5	reais
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,582	

Gentílico: manicoreense

Histórico

Em 1637, vem à região a expedição de Pedro Teixeira. Em 1716, as autoridades do Grão-Pará enviam ao rio Madeira uma escolta comandada pelo capitão João de Barros e Guerra, com a finalidade de punir os selvagens. Em 1797, funda-se a povoação do Crato, a mando do governador do Grão-Pará, tendo em vista facilitar as transações comerciais do Pará com Mato Grosso e Goiás.

Em 1802, a povoação é transferida para um sítio entre os rios Baetas e Arraias. Em 1858, é criada a freguesia de São João Batista do Crato. Em 06-07-1868, pela Lei n. 177, a sede da freguesia é transferida para o povoado de Manicoré, passando a denominar-se Nossa Senhora das Dores de Manicoré. Em 1877, Manicoré é elevada à categoria de vila. Em 1877, é criado o termo judiciário. Em 1896, Manicoré recebe foros de cidade.

Formação Administrativa

Em 1802, a povoação é transferida para um sítio entre os rios Baetas e Arraias.

Em 1858, é criada a freguesia de São João Batista do Crato.

Em 1868, a sede de freguesia é transferida para o povoado de Manicoré, passando a denominar-se Nossa Senhora das Dores de Manicoré.

Em 1877, Manicoré é elevada à categoria de vila.

Em 1878, Manicoré torna-se sede da Comarca do Rio Madeira.

Em 12-12-1881, dá-se a instalação da comarca.

Em 1896, Manicoré recebe foros de cidade.

Em 1955, parte de seu território é desmembrado para formar o município de Novo Aripuanã.

Em 1981, outra parte de seu território é desmembrada, em favor do novo município de Auxiliadora.

Freguesia criada com a denominação de São João Batista do Crato pela Lei Provincial n. 96, de 04-07-1858.

Em 06-07-1868, pela Lei n. 177, a sede de freguesia é transferida para o povoado de Manicoré, passando a denominar-se Nossa Senhora das Dores de Manicoré.

Elevada à categoria de vila com a denominação de Manicoré pela Lei Provincial n. 362, de 04-06-1877, sendo desmembrada do município de Manaus. Sede na antiga vila de Manicoré. Instalada em 15-05-1878.

Elevada à condição de cidade com a denominação de Manicoré pela Lei Estadual n. 137, de 04-05-1896.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 2 distritos: Manicoré e 2º Distrito.

Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 01-09-1920, o município aparece constituído de 7 distritos: Manicoré, Capanã, Caranapatuba, Curuçã, Matuperi, Uruá e Urupiara.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído do distrito sede.

Em 10-12-1981, pela Emenda Constitucional n. 12, outra parte de seu território é desmembrada em favor do novo município de Auxiliadora.

Pela Lei Estadual n. 96, de 19-12-1955, o município perdeu parte do seu território para criação do município de Novo Aripuanã.

Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014.

Fonte: Manicoré (AM). Prefeitura. 2015. Disponível em: <http://www.manicore.am.gov.br/o-municipio/historia/>. Acesso em: jan. 2016.

Mapa 7 – Mapa de localização da sede do Município de Manicoré-AM



Fonte: Wikipedia – a enciclopédia livre.

Maués

Bioma: Amazônia

Dados básicos (2010)

Área da unidade territorial - 2015	39.991,64	km ²
Estabelecimentos de Saúde SUS	5	estabelecimentos
Matrícula - Ensino fundamental - 2015	13.272	matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2015	2.900	matrículas
Número de unidades locais	480	unidades
Pessoal ocupado total	3.627	peessoas
PIB per capita a preços correntes - 2014	6.439,69	reais
População residente	52.236	peessoas
População residente - Homens	27.283	peessoas
População residente - Mulheres	24.953	peessoas
População residente alfabetizada	37.873	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	22.562	peessoas
População residente, religião católica apostólica romana	37.823	peessoas
População residente, religião espírita	9	peessoas
População residente, religião evangélicas	12.331	peessoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	797,42	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	1.847,91	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	69,11	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	243,33	reais
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,588	

Gentílico: maueense

Histórico

A denominação de Maués provém do rio que banha o município e cuja margem fica na cidade. Ao rio, por sua vez, emprestou o nome a famosa tribo dos Maués, primitivos habitantes da região.

Em meados do século XVIII tem início o povoamento da Mundurucânia, região compreendida entre os rios Madeira e Amazonas. Os índios Mundurucus, habitantes primitivos da região, constituíram sério obstáculo ao desenvolvimento da população civilizada.

Lodo D'Almada, governador da capitania, procurou atrair os Mundurucus ao convívio social dos brancos para que se realizasse com mais proveito para o seu governo o desenvolvimento daquela região. Em 1795, por ordem do governador, uma escolta conseguiu agarrar dois índios e trazê-los à presença do governador, que lhes mandou curar os ferimentos recebidos em luta com os soldados e depois repô-los entre os seus, fartos de presentes. O ardil surtiu o efeito desejado e, pouco tempo depois, puderam ser fundadas as aldeias Canutama, Juruti e Luséa (atual Maués).

Em 1798 é fundada por Luís Pereira da Cruz e José Rodrigues Preto a povoação de Luséa. A sua denominação provém da combinação dos nomes de seus fundadores, isto é, da primeira sílaba do nome do primeiro e da última sílaba do segundo, com o acréscimo de um "a". Os índios, todavia, chamavam-na "Uacituba".

Em 1832, a povoação de Luséa foi teatro de barbaridades devido à luta entre os índios e soldados que ali se encontravam.

Em 1833, por força do Ato de 25 de Junho daquele ano, Luséa é elevada à categoria de Vila. Data conseqüentemente daí a criação do município e do termo judiciário.

Por ocasião da Cabanagem, a Vila de Luséa foi cenário de sangrentas lutas entre os Cabanos e legalistas. Em 1835, os Cabanos dominavam o Baixo Amazonas, tendo Icuipiranga como uma espécie de centro de operações. Investiram sobre Luséa e Serpa (atual Itacoatira), vencendo-as sem resistências. De Luséa fizeram então o seu principal reduto, onde se mantiveram entrincheirados, resistindo a vários ataques. Daí os escorraçou Ambrósio Aires, conhecido por Bararoa, que já vinha se distinguindo pela sua bravura nos combates travados com os cabanos. Finalmente, com a decretação da anistia geral, os Cabanos se renderam. Em Luséa, a 25 de Março de 1840, 880 Cabanos depuseram as armas.

Ao criar-se a Província do Amazonas, em 1850, era Luséa um dos quatro municípios então existentes. Os outros eram Manaus, Barcelos e Tefé.

Do vasto território do município de Luséa, desmembrou-se em 1853 o município de Vila Bela da Imperatriz (atual Parintins). Das vilas existentes na província, em 1856, era, sem dúvida, Luséa uma das mais desenvolvidas.

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Luséa, em 1800.

Elevada à categoria de vila com a denominação de Luséa, por liberação do Conselho do Governo em 1833.

Pela Lei n. 92, de 06-11-1858, considerada freguesia com o nome de Maués.

Pela Lei Provincial n. 154, de 11-09-1865, a vila de Maués tomou a denominação de Vila Conceição.

Pela Lei n. 33, de 04-11-1892, que organiza os municípios do Estado de Amazonas, a Vila Conceição tomou a denominação de Maués.

Elevada à condição de cidade com a denominação de Maués, pela Lei Estadual n. 137, de 04-05-1896.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município aparece constituído de 5 distritos: Maués, Urucará, Arrozal, Curupira e Batista.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído do distrito sede.

Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937.

Pelo Decreto-lei Estadual n. 176, de 01-12-1938, o município de Maués adquiriu parte do distrito sede do município de Borba.

No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído do distrito sede.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955.

Pela Lei Estadual n. 96, de 19-12-1955, o município de Maués perdeu parte do seu território para a criação do município de Nova Olinda.

Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído do distrito sede.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-01-1979.

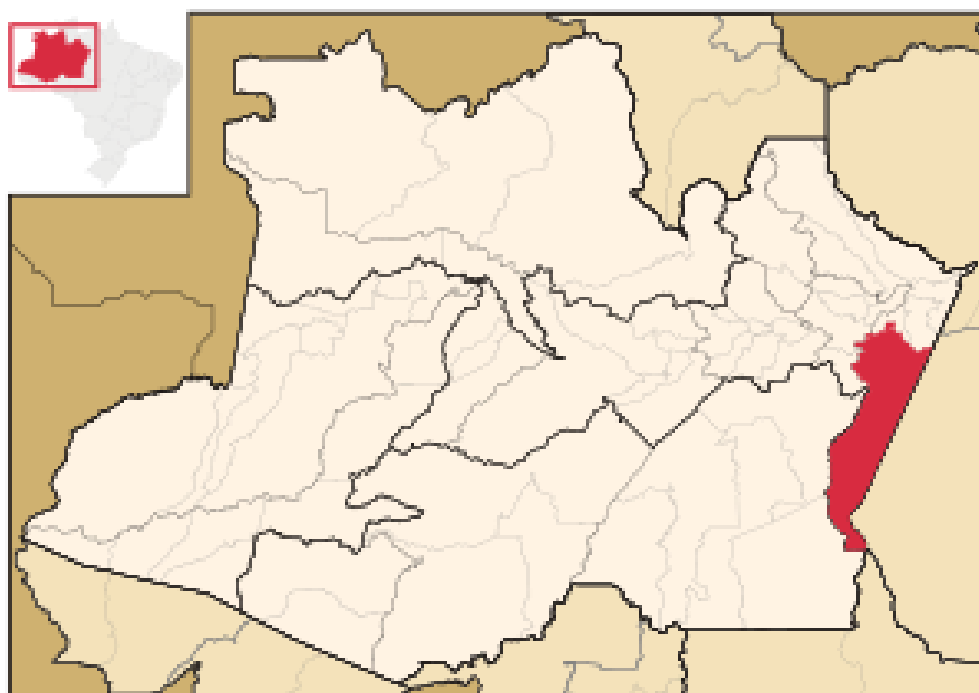
Pela Emenda Constitucional n. 12, de 10-12-1981 (Art 2. - Disposições Gerais e Transitórias), delimitado pelo Decreto Estadual n. 6.158, de 25-02-1982, foram criados os distritos de Osório da Fonseca e Repartimento e anexados ao município de Maués.

Em divisão territorial datada de 1988, o município é constituído de 3 distritos: Maués, Osório da Fonseca e Repartimento.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

Fonte: Biblioteca Virtual do Amazonas. 2012. Disponível em: www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/municipios. Acesso em: abr. 2012.

Mapa 8 – Mapa de localização da sede do Município de Maués-AM



Fonte: Wikipedia – a enciclopédia livre.

Novo Aripuanã

Bioma: Amazônia

Dados básicos (2010)

Área da unidade territorial - 2015	41.179,75	km ²
Estabelecimentos de Saúde SUS	7	estabelecimentos
Matrícula - Ensino fundamental - 2015	4.324	matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2015	808	matrículas
Número de unidades locais	121	unidades
Pessoal ocupado total	737	peessoas
PIB per capita a preços correntes - 2014	6.125,30	reais
População residente	21.451	peessoas
População residente - Homens	11.429	peessoas
População residente - Mulheres	10.022	peessoas
População residente alfabetizada	14.518	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	7.687	peessoas
População residente, religião católica apostólica romana	15.575	peessoas
População residente, religião espírita	-	peessoas
População residente, religião evangélicas	4.791	peessoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	878,57	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	1.404,90	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	76,43	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	200	reais
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,554	

Gentílico: aripuanense

Histórico

O município de Novo Aripuanã é constituído de território desmembrado de Borba e Manicoré, por isso está sua historia ligada estreitamente à desses municípios.

O rio Madeira é a principal via de acesso de toda a zona a que dá o nome. Datam de 1637 os registros das primeiras penetrações no rio Madeira, em sequência à expedição de Pedro Teixeira, ligando Belém do Pará a Quito, no Equador.

Habitavam primitivamente os índios Toras, Barés, Muras, Urupás, Araras e outros.

Em 19.12.1955, pela Lei Estadual n. 96, criou-se o município de Novo Aripuanã, desmembrado dos municípios de Borba e Manicoré, e constituído pelo território dos distritos de Foz do Aripuanã e Samaúma, do primeiro, e dos Sub-distritos de Alvorada, Manicorezinho e Itapinima, do segundo, tendo como sede a Vila de Foz do Aripuanã, elevada à categoria de Cidade.

Em 10.02.1956, ocorreu a instalação do município.

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Foz do Aripuanã, pelo decreto-lei estadual n. 1186, de 31-12-1943, subordinado ao município de Borba.

Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Foz do Aripuanã figura no município de Borba.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960.

Elevado à categoria de município com a denominação Novo Aripuanã, pela lei estadual n. 96, de 19-12-1955, desmembrado do município de Borba. Sede no atual distrito de Novo Aripuanã (ex-Foz do Aripuanã). Constituído de 2 distritos: Novo Aripuanã e Samaúma, ambos desmembrados do município de Borba. Instalado em 10-02-1956.

Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 2 distritos: Novo Aripuanã e Samaúma.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-01-1979.

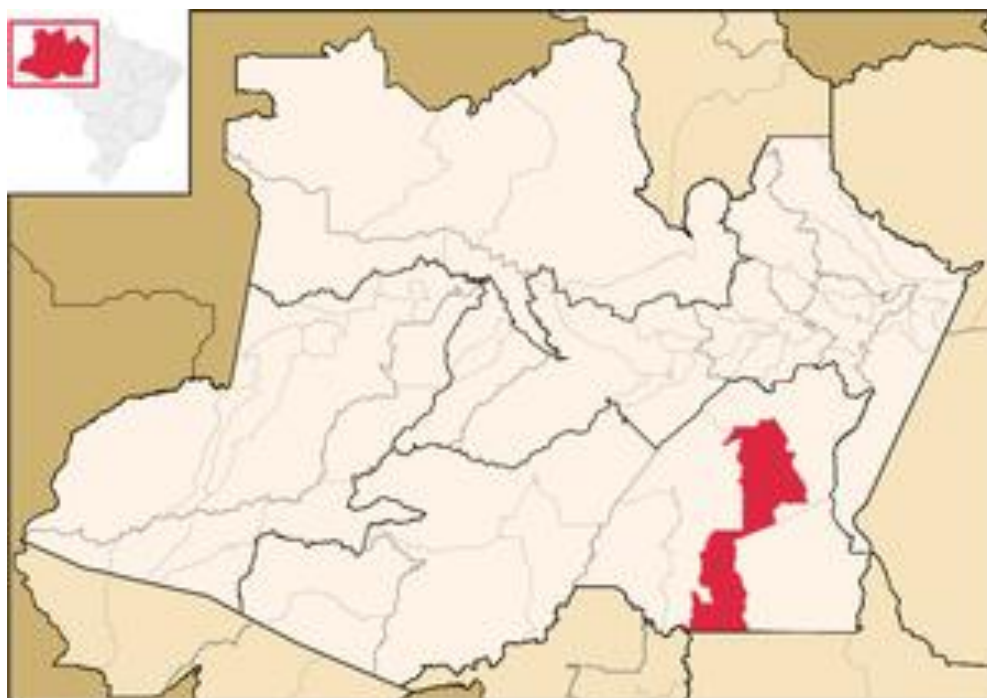
Pela Emenda Constitucional n. 12, de 10-12-1981 (Art. 2º - Disposições Gerais e Transitórias), extingue-se o distrito de Samaúma, sendo seu território anexado ao distrito sede do município de Novo Aripuanã.

Em divisão territorial datada de 1988, o município é constituído do distrito sede.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

Fonte: PARINTINS. In: [ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.] Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/amazonas/novoaripuana.pdf>. Acesso em: fev. 2017.

Mapa 9 – Mapa de localização da sede do Município de Novo Aripuanã-AM



Fonte: Wikipedia – a enciclopédia livre.

Parintins

Bioma: Amazônia

Dados básicos (2010)

Área da unidade territorial - 2015	5.952,37	km ²
Estabelecimentos de Saúde SUS	19	estabelecimentos
Matrícula - Ensino fundamental - 2015	20.723	matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2015	7.020	matrículas
Número de unidades locais	709	unidades
Pessoal ocupado total	7.279	peessoas
PIB per capita a preços correntes - 2014	9.274,03	reais
População residente	102.033	peessoas
População residente - Homens	52.304	peessoas
População residente - Mulheres	49.729	peessoas
População residente alfabetizada	81.470	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	42.027	peessoas
População residente, religião católica apostólica romana	83.487	peessoas
População residente, religião espírita	54	peessoas
População residente, religião evangélicas	16.167	peessoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	771,81	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	1.943,81	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	92,5	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	263,33	reais
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,658	

Gentílico: parintinense

Histórico

Na segunda metade do século XVIII, várias viagens de exploração do rio Amazonas foram efetuadas a mandado do Governo Português. Na viagem realizada em 1796, o capitão José Pedro Cordovil resolveu

ficar numa das ilhas formadas pelo grande rio, onde desembarcou, “com seus escravos agregados”, para “dedicarem-se à pesca de piracuru nos largos próximos e também à agricultura”.

Encontraram como habitantes da região os índios Sapupés e Maués. A estes juntaram-se mais tarde os Peruvianos, Uapixabas e Mudurucus. Habitavam também a região, mais para o recesso do município. Os Parintins eram antropófagos e viviam em lutas constantes com as tribos vizinhas, principalmente com os Munducurus, seus inimigos mais ferrenhos.

Cordovil deu ao local a denominação de Tupinambarana. Poucos anos após, havendo Cordovil obtido do governo de D. Maria a doação de uma sesmária nas proximidades do lago Miriti, para ali se transferiu com a sua gente, ofertando Tupinambarana à rainha D. Maria I.

Em 1880, a sede do município recebeu foros de cidade e passou a denominar-se Parintins.

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Tupinambarana, em 1803.

Em 1804, recebeu a denominação de Missão de Vila Nova da Rainha, assim sendo chamado até 1833, quando voltou a ser freguesia de Tupinambarana.

Elevada à categoria de vila com a denominação de Vila Bela do Imperatriz, pela Lei Provincial do Pará n. 146, de 24-10-1848, foi desmembrada do município de Maués. Quando da emancipação da Província do Amazonas (Lei n. 592, de 05-09-1850), o município ainda não havia sido instalado. O governo da nova Província confirmou sua criação pela Lei n. 2, de 15-10-1852, ocorrendo a instalação em 14-03-1853.

A vila foi elevada à condição de cidade, com a denominação de Parintins, pela Lei Provincial n° 499, de 30-10-1880. De seu território foi desmembrada, em 1881, uma área que passou a constituir o município de Vila Nova de Barreirinha.

Pela Lei Municipal, datada de 29-04-1899, foram criados os distritos de Jamundá, Paraná do Ramos e anexados ao município de Parintins.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 4 distritos: Parintins, Jamundá, Paraná do Ramos e Xibuí.

Assim permanecendo nos quadros de apuração do recenseamento geral de 01-09-1920.

Em divisão administrativa referente ano de 1933, o município aparece constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937.

Por força do Decreto-lei Estadual n° 176, de 01-12-1938, é criado o distrito de Ilha das Cutias e anexado ao município de Parintins.

Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 2 distritos: Parintins e Ilha das Cutias.

Pela Lei Estadual nº 96, de 19-12-1955, desmembra-se do município de Parintins o distrito de Ilha das Cutias, para constituir o novo município de Nhamundá. Assim, Parintins voltou a possuir apenas um distrito, figurando como sede de comarca desde a divisão territorial de 31-12-1936.

Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído do distrito sede.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-01-1979.

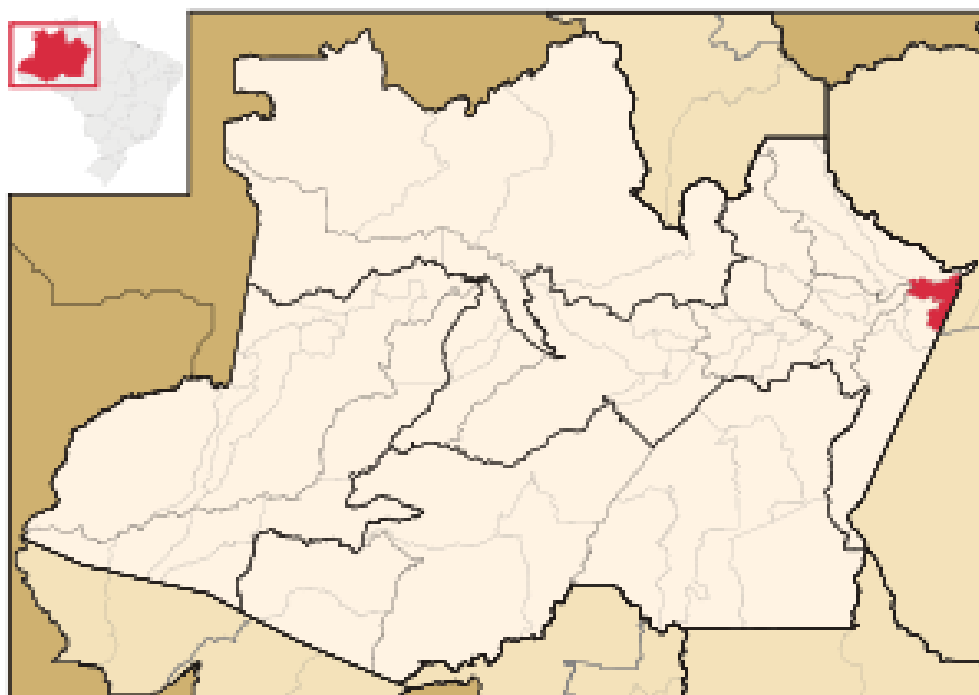
Delimitado pelo Decreto Estadual n. 6158, de 25-02-1982, é criado o distrito de Mocambo e anexado ao município de Parintins.

Em divisão territorial datada de 1988, o município é constituído de 2 distritos: Parintins e Mocambo.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014.

Fonte: PARINTINS. In: ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. v. 14, p. 220-226. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_14.pdf. Acesso em: jan. 2015.

Mapa 10 – Mapa de localização da sede do Município de Parintins-AM



Fonte: Wikipedia – a enciclopédia livre.

Bioma: Amazônia

Dados básicos (2010)

Área da unidade territorial - 2015	5.952,37	km ²
Estabelecimentos de Saúde SUS	19	estabelecimentos
Matrícula - Ensino fundamental - 2015	20.723	matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2015	7.020	matrículas
Número de unidades locais	709	unidades
Pessoal ocupado total	7.279	peessoas
PIB per capita a preços correntes - 2014	9.274,03	reais
População residente	102.033	peessoas
População residente - Homens	52.304	peessoas
População residente - Mulheres	49.729	peessoas
População residente alfabetizada	81.470	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	42.027	peessoas
População residente, religião católica apostólica romana	83.487	peessoas
População residente, religião espírita	54	peessoas
População residente, religião evangélicas	16.167	peessoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	771,81	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	1.943,81	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	92,5	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	263,33	reais
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,658	

Gentílico: silvense

Histórico

A história de Silves está intimamente associada à de Itapiranga, por já terem formado uma mesma unidade administrativa, com as atuais respectivas sedes se alternando no decurso do tempo como sede do município que então englobava a ambos.

O povoamento da região tem seu marco inicial na fundação da Missão do Saracá, por Frei Raimundo da Ordem das Mercês, em 1660.

Em 1663, lutas são travadas entre os colonizadores portugueses e os indígenas perto da foz do rio Urubu, até a chegada, no final desse ano, de Pedro da Costa Favela, que aí desembarca parte de sua tropa para a manutenção da ordem.

Formação Administrativa

Elevado à categoria de vila com a denominação de Silves, pela Resolução de n. 4, de 21-10-1833, desmembrada do município de Manaus. Sede na antiga povoação de Santana de Saracá. Instalada em 14-03-1853.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila é constituído de 8 distritos: Silves, Anibá, Boa Esperança, Lago Canaçari, Costa de Cucuiari, Costa de Murumurutuba, Lago Canaçari, Rebução.

Pela Lei Estadual n. 1138, de 25-03-1922, a sede da vila passa ser Itapiranga, ficando Silves, então, rebaixada a simples povoação.

Pelo Decreto n. 23, de 27-02-1925, a sede da vila volta novamente para Silves.

Pelo Ato n. 45, de 28-11-1930, a vila é extinta, sendo seu território anexado ao município de Itacoatiara.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Silves figura no município de Itacoatiara.

Em 1935, é recriada a vila com a mesma denominação.

Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município é constituído do distrito sede.

Elevado à condição de cidade com a denominação de Itapiranga, pelo Decreto-lei Estadual n. 68, de 31-03-1938.

Pelo Decreto-lei Estadual n. 176, de 01-12-1938, é criado o distrito de Silves e anexado ao município de Itapiranga.

No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Silves figura no município de Itapiranga.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955.

Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Silves, pela Lei Estadual n. 117, de 29-12-1956, desmembrado do município de Itapiranga. Sede no antigo distrito de Silves. Constituído do distrito sede. Instalado em 23-01-1957.

Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído do distrito sede.

Em 10-12-1981, pela Emenda Constitucional n. 12, Silves perde partes de seu território em favor dos novos municípios de Rio Preto da Eva e Presidente Figueiredo.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

Fonte: Biblioteca virtual do Amazonas. 2012. Disponível em: www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/municipios. Acesso em: mar. 2012.

Mapa 11 – Mapa de localização da sede do Município de Silves-AM



Fonte: Wikipedia – a enciclopédia livre.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 31 jan. 2017.

WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/>>. Acesso em: 01 fev. 2017.